

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 328

**A OBSERVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O
PARADIGMA COMUNICATIVO DE JÜRGEN
HABERMAS E O SISTÊMICO-FUNCIONAL DE NIKLAS
LUHMANN**

Josep Pont Vidal

Belém, Agosto de 2014

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Ana Paula Vidal Bastos

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 328

Recebido em: 15/07/2014.

Aceito para publicação: 15/08/2014.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

A OBSERVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O PARADIGMA COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS E O SISTÊMICO-FUNCIONAL DE NIKLAS LUHMANN

Josep Pont Vidal¹

Resumo:

A pesquisa qualitativa na ciência da administração, especificamente no âmbito público, tem conseguido normalizar-se e explorar as possibilidades de diferentes paradigmas e metodologias. Contudo, são raras as pesquisas e observações que fundamentam os paradigmas comunicativos. Na base, a pergunta teórica é: Qual pode ser sua contribuição operacional para as observações na administração pública? São explorados neste trabalho as possibilidades e os limites e sua aplicação nas observações empíricas na administração pública do paradigma “entendimento comunicativo”, proposto por Niklas Luhmann, e a comunicação pragmático-universal de Jürgen Habermas. De acordo com a descrição dos limites dos paradigmas, propõe-se a utilização da noção de “*autopoiesis reflexiva*” como conceito capaz de sintetizar de forma dinâmica as limitações da autopoiese e da comunicação para as observações nas organizações públicas.

Palavras-chave: Ação comunicativa. Entendimento comunicativo. “Autopoiesis reflexiva”. Administração pública.

A NOTE ON PUBLIC ADMINISTRATION: JÜRGEN HABERMAS'S COMMUNICATIVE PARADIGM, AND NIKLAS LUHMANN'S SYSTEMIC FUNCTIONAL PARADIGM

Abstract:

Qualitative research in management science, specifically in public management, has managed to normalize and explore the possibilities of different paradigms and methodologies. However, there are few studies and observations that underpin the communicative paradigms. At the base, the theoretical question is: What can be your contribution to the operational observations in public administration? In this paper, we explore the possibilities and limits, and its application on empirical observations in public administration of the paradigm "understanding communicative", proposed by Niklas Luhmann, and the communication pragmatic-universal proposed by Jürgen Habermas. According to the description of the limits of the paradigms, it is proposed the utilization of the concept of "autopoiesis reflective" as a concept capable of dynamically synthesize the limitations of autopoiesis and communication for the observations in public organizations.

Keywords: Communicative action. Communicative understanding. “Reflexive autopoiesis”. Public administration. Methodology.

Introdução

¹ Graduação e Mestrado pela Universidade de Bielefeld (Alemanha). Doutor em Sociologia Política pela Universidade de Barcelona. Professor efetivo do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Universidade Autônoma Barcelona (1993-2001). Professor visitante da UNESP, UFBA, UECE e UFES no Brasil e UNAM na Nicarágua. Consultor do Banco Ibero-Americano (Washington) do Fondo para la Investigación Científica y Desarrollo (Argentina), Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, Brasília). Coordenador do “Grupo de Análise de Gestão de Políticas Públicas da Amazônia” e do grupo “Contabilidade, Meio ambiente e Administração”. Áreas de pesquisa: Gestão Pública, Políticas Públicas e Métodos e Técnicas de Pesquisa.

O “entendimento comunicativo” e a comunicação pragmático-universal

Para iniciar um debate teórico entre diversos paradigmas, é necessário explicar a finalidade, as premissas, os critérios de seleção dos correspondentes conceitos e a contribuição teórica para a administração pública.

Em *primeiro lugar*, nos referiremos à utilização da metodologia qualitativa na Administração pública. Apesar da desconfiança inicial, não fundamentada, a pesquisa qualitativa nos estudos da administração e organizações tem conseguido nos últimos anos estabelecer-se como uma metodologia confiável e necessária neste tipo de observação tão vasta, além de adquirir uma ampla repercussão em que são exploradas as possibilidades de aplicação de diversos paradigmas, metodologias e técnicas (COOPER; SCHINDLER, 2003; VIEIRA; ZOUAIN, 2006; GODOI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2006).

Também se tem perfilado o objeto de análise, que compreende, com base na análise e observação do Estado, o governo, o poder, a burocracia, a organização, o *Public Management* e o “espaço organizacional e sua dinâmica: o trabalho societário” (MATINS, 2007, p.11). A produção científica com metodologia qualitativa também tem alcançado um número similar à pesquisa baseada em metodologia estritamente quantitativa e estatística. Nos estudos de administração pública e gestão social baseados em metodologia qualitativa, o percentual que descreve diretamente a análise dos dados qualitativos chega a 40 por cento, embora nos estudos organizacionais chegue a 72 por cento (TEIXEIRA; NASCIMENTO e CARRIERI, 2011).

Em *segundo lugar*, conquanto se constata este aumento de pesquisas baseado na metodologia qualitativa, porém não ocorre o mesmo com publicações que geram um debate teórico. A administração pública encontra-se imersa em um nível prático, epistemológico e metodológico, influenciada pela transformação de seus componentes e por um entorno oscilante, ou seja, por dinâmicas marcadas pela complexidade. Ela precisa oferecer respostas que enriqueçam o debate teórico. Neste contexto, surgem algumas questões: qual a contribuição dos marcos teóricos baseados nos denominados paradigmas comunicativos de Jürgen Habermas e Niklas Luhmann? Estes paradigmas oferecem o instrumental conceitual necessário para a compreensão da complexidade na área aqui referida? Na ciência da administração, nos acordos e documentos, são raras as referências teóricas e as observações empíricas que se fundamentam nos paradigmas comunicativos no nível linguístico desenvolvidos por Habermas, e na comunicação sistêmica, especificamente, no paradigma de

sistemas autorreferenciais ou autopoieticos propostos por Luhmann. Ainda que nenhum deles tenha formação específica em administração, os dois cientistas têm dado contribuições decisivas a diversas teorias que compõem a ciência da administração. Partindo da ideia de que as administrações públicas são sistemas que se relacionam com o entorno, entende-se que as modificações e adequações que ocorrem no entorno afetam a administração pública. Na maioria das publicações, não se entra no debate epistemológico ou não se responde satisfatoriamente às questões teóricas: como se produzem as comunicações nas organizações públicas? Como é possível observá-las? Especificamente na teoria de sistemas autorreferenciais, surge a questão: quais as possibilidades e limites da observação?

Neste artigo são expostos e explorados as possibilidades e os limites dos paradigmas baseados na comunicação, ainda que com pressupostos de partida totalmente diferentes: o conceito de “entendimento comunicativo” de Niklas Luhmann, e o conceito de “ação comunicativa” de Jürgen Habermas. São analisadas as possibilidades práticas da observação dos sistemas autorreferenciais, especificamente a observação de “segundo grau” e os fundamentos da comunicação intersubjetiva. Sem a pretensão de um debate epistemológico conclusivo, como consideração final, propõe-se a noção de “*autopoiesis reflexiva*” como proposta de utilização operativa para as observações nas organizações públicas. Os conceitos sociológicos se destacam nas possíveis formas de responder às questões vinculadas à comunicação e, em última instância, de responder às questões epistemológicas surgidas na teoria da administração pública. A teoria de sistemas autorreferenciais e a teoria da ação comunicativa são consideradas opções que oferecem respostas às questões levantadas e que trazem o conhecimento necessário sobre a comunicação, o entendimento e a interpretação sistêmica entre a administração, entendida como um sistema, e o entorno. Os dois paradigmas têm influenciado o pensamento e as escolas sociológicas e a teoria administrativa e organizacional até hoje. O primeiro, e possivelmente o menos conhecido, se insere no contexto de *Sistemas sociais. Lineamientos para una Teoria general*, de Luhmann (1984), e o segundo, na *Teoria da Ação Comunicativa*, de Habermas (1981). Ambos têm influenciado decisivamente a teoria situacional (HERSEY; BLANCHARD, 1989) e a teoria contingencial (LAURENCE; LORSCH, 1967), ambas aplicadas nos estudos da administração pública. Não âmbito específico da ação da administração pública, ela tem uma dinâmica própria, independentemente da ação humana, ou se trata de um processo resultante das comunicações e consenso entre indivíduos?

É evidente que com esta exposição teórica não é possível, nem se pretende expor a complexidade epistemológica de ambos os autores, mas conhecer, de forma meramente descritiva, as possibilidades de observações e pesquisas empíricas, assim como seus limites. O artigo tem como objetivo formular uma série de questões teóricas que possam abrir um debate para futuras observações e propor a ideia de utilização da “*autopoiesis reflexiva*” no complexo campo de estudo da administração pública. De acordo com este ponto de vista, propõe-se uma leitura antropológica da autorreferencialidade, organizada basicamente em torno de dois eixos - os conceitos e as ideias. Estes dois eixos compõem o “entendimento comunicativo”, com o qual são descritos três conceitos-chave da teoria luhmanniana, que são a *complexidade*, a delimitação *sistema e entorno* e a *autopoiesis*, (desenvolvido no item 3), e a “ação comunicativa”, com base na descrição de quatro conceitos-chave para sua aplicação nas observações da administração pública, e sua relação com os sujeitos sociais *ação, linguagem, consenso e sistema* (expostos no item 4).

1. Paradigmas e pesquisa na ciência da administração

A formação e o desenvolvimento da disciplina administração pública no Brasil têm sido estudados de forma exaustiva em seus aspectos históricos, teóricos e práticos (KEINERT, 1994; VAZ, 1994; FARAH, 2011) e também seu desenvolvimento paralelamente à história dos negócios empresariais, à história da gestão e à história organizacional (COSTA; BARROS; MARTINS, 2009; FISCHER; WAIANDT; FONSECA, 2011). Não é o objetivo deste artigo entrar no debate sobre a composição epistemológica que delimita as áreas do saber, ainda que nem por isso seja possível evitar o debate sobre se a administração é uma “ciência” ou uma “prática”. Entre estes últimos (MOREIRA, 2000; EMORY, 1980), referindo-se à administração privada, argumenta-se que se trata de uma “prática”, posto que “se orienta para uma situação de diagnóstico”, sendo seu objetivo “a busca do conhecimento, que é a solução de problemas práticos preexistentes” (MOREIRA, 2000). Apesar dos acertados argumentos referentes à administração de empresas, concordamos com Thompson ao considerá-la uma “ciência social” (THOMPSON, 2008, p. 490; NASCIMENTO, 2010, p.10), que tem diversos objetos de estudo tão amplos como são o Estado, o governo, o poder, a burocracia, a organização e o *Public Management*, principalmente. Ela não se restringe a um objeto de estudo, mas a uma convergência de paradigmas procedentes de outras ciências, de tal forma que se trata de uma ciência que, “mais que uma disciplina, é um ‘campo multidisciplinar’ ou uma ‘ciência interdisciplinar’” (GONZÁLES SALAS, 1997 *apud*

OSPINA BOZZI, 1998, cit. in FARAH, 2011, p. 832) ou, inclusive, “transdisciplinar” (CARDOSO; SERRALVO, 2009).

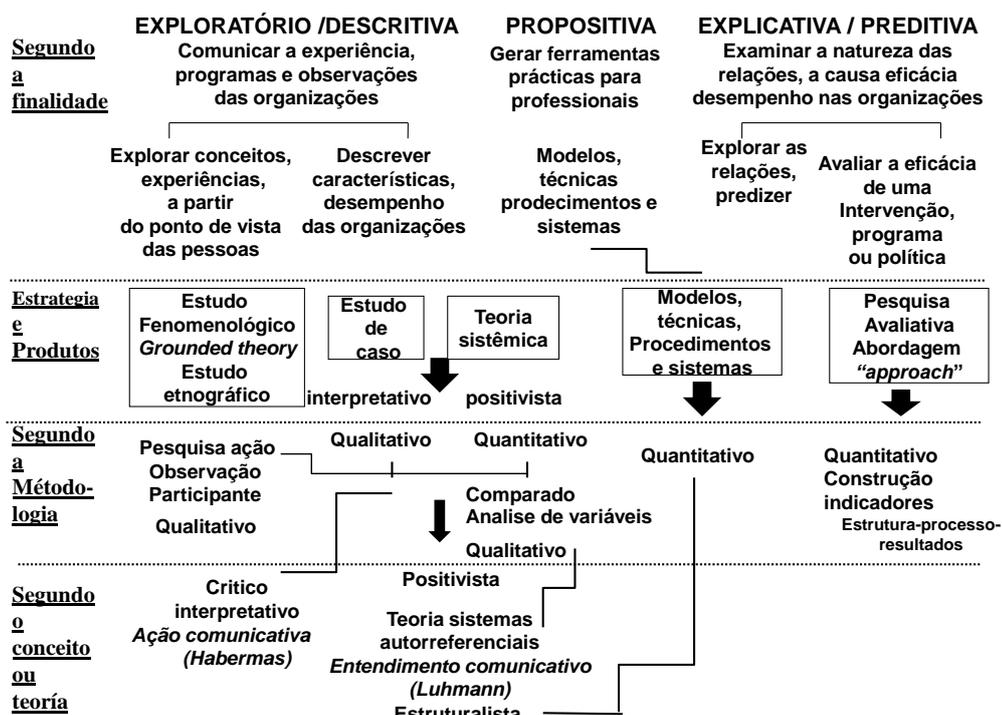
Estas considerações levam a algumas reflexões. Por um lado, com base na delimitação da disciplina, a administração pública se caracteriza por: 1) ser predominantemente aplicada; 2) não se tratar de um conhecimento acumulativo; e 3) carecer de um adequado suporte institucional (PERRY e KRAEMER, 1989). A pesquisa da administração pública está dirigida basicamente à aplicação e em raras ocasiões se trata de pesquisa básica e, como uma prática, se orienta para uma situação de diagnóstico. O objetivo prioriza menos a busca de conhecimento e mais a solução de problemas práticos existentes nas administrações. A prática metodológica e as questões de investigação podem ser feitas sem uma metodologia “rígida” ou, inclusive, “sem metodologia” (PERRY; KRAEMER, 1989), ao ser sua finalidade o desenho de ferramentas para serem aplicadas nas organizações públicas. Por outro lado, ao tratar-se de uma área de conhecimento que se alimenta principalmente da ciência política, da sociologia, da economia e da psicologia social, ela formula questões epistemológicas básicas, com isso, contribuindo para o conhecimento científico na administração pública, como visto em trabalhos recentes (MOTTA; ALCADIPANI, 2004; BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCEMO, 2010).

A maioria dos artigos publicados tem por base observações, que buscam delimitar o problema em forma de estudo de caso e identificar as respectivas variáveis. Alguns autores constataam a existência de ao menos três métodos para a administração pública: o positivismo, como “método natural” das ciências sociais, ademais do interpretativo e do crítico, ainda que recentemente se destaquem também o clínico e o interacionista (THOMPSON, 2008). Alguns destes diagnósticos, feitos com base no contexto dos EUA, estão mudando, enquanto outros têm mantido a tendência, levando em consideração “a proximidade com programas de mestrado nos EUA e a influência do movimento de políticas públicas daquele país”, de tal forma que “a própria estrutura do curso de mestrado revela semelhança com programas norte-americanos” (FARAH, 2011:827). Na última década, são cada vez mais numerosos os estudos e as contribuições teóricas e empíricas com fundamento no paradigma estruturalista (MOTTA; ALCADIPANI, 2004), crítico e reflexivo (BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCENO, 2010), sistêmico (VELOSO; MONASTERIO; VIEIRA; MIRANDA, 2011; VIDAL, 2014; 2015), compreensivo-interpretativo (CARVALHO; VERGARA, 2002; MASCARENHAS, 2002), embora estes últimos se refiram à

administração de empresas, além de outros métodos como a pesquisa-ação e a *Grounded theory*, ou teoria fundamentada em dados.

Como todo conceito, não existe uma definição unânime no momento de classificar as pesquisas por existirem diversas formas. Na base, às reflexões expostas se propõe um tipo de classificação útil para a observação dos fenômenos na administração. Propõe-se o ponto de vista, segundo a finalidade, entre três grandes blocos, que podem ser classificados como exploratória–descritiva, propositiva e explicativa–preditiva. A classificação proposta permite estabelecer uma continuidade epistemológica entre os níveis, segundo a finalidade, produtos, metodologia e conceitos e Teorias nas observações organizacionais (Figura 1).

Figura 1. Proposta de classificação das pesquisas em administração do ponto de vista dos objetivos, metodologia e paradigmas



2. Comunicação pragmático-universal e “entendimento comunicativo”

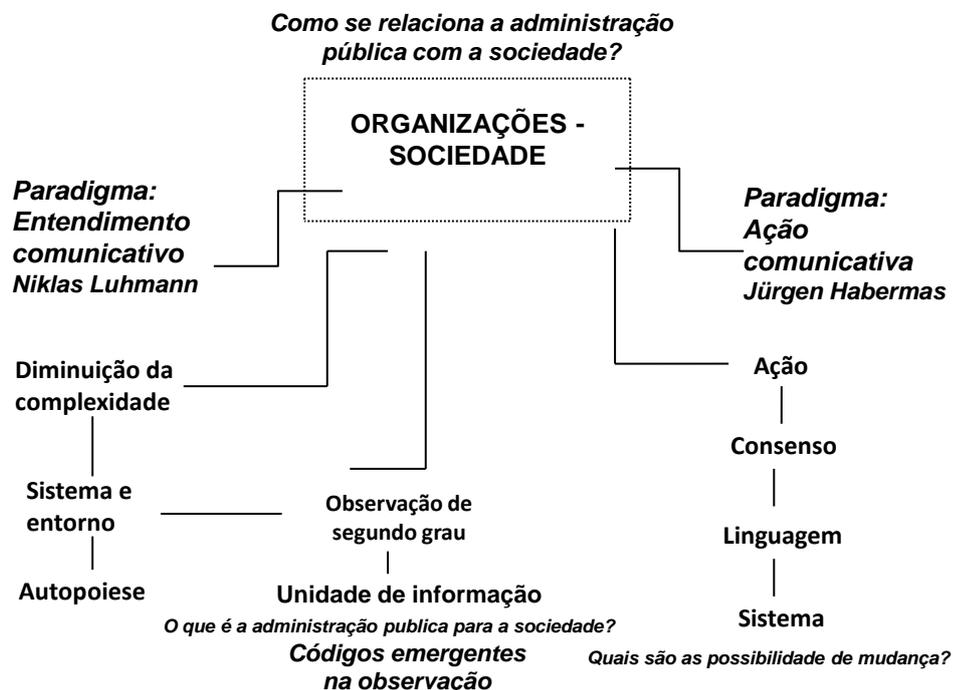
A sociedade é constituída por comunicações que são o elo mais importante nas organizações, pois de seu bom ou mau funcionamento dependerão a ação da organização e os resultados esperados de tal ação. Esta ideia sugere que dois conceitos sociológicos sobressaem nas possíveis formas de responder às questões vinculadas com a comunicação: o “entendimento

comunicativo” e a “ação comunicativa”. Ainda que ambos contenham ideias procedentes do funcionalismo sistêmico, no entanto, é necessário estabelecer algumas diferenças básicas. As raízes epistemológicas do “entendimento comunicativo” encontram-se em Durkheim e em Spencer, enquanto na “ação comunicativa”, essas raízes têm que ser buscadas em Max Weber. Habitualmente, são postas como teorias excludentes uma da outra, como se manifesta nos citados debates em torno dos conceitos de ator e ação entre os seguidores de Habermas e Luhmann (HABERMAS, 1987, p. 309)². A intensidade do debate exercido por Habermas em relação aos postulados sistêmicos luhmannianos motivou posteriormente outros cientistas a fazê-lo, sem, contudo, conseguir chegar a um consenso (SRUBAR, 1998).

A relação sistêmica administração pública-sociedade se configura como um objeto da observação. A operacionalização luhmanniana do entendimento comunicativo se configura como os tipos de observação elementar e observação de segundo grau. A primeira se baseia em códigos binários (fundamentados basicamente, ainda que não exclusivamente, em dados estatísticos), enquanto a segunda pode ser estabelecida com base nos *códigos emergentes*, que surgem da análise das entrevistas na unidade de informação. A observação de *segundo grau* se fundamenta não papel do observador mas na pergunta autorreferencial: o que é a administração pública para a sociedade? O fim último da observação não é a mudança, senão a descrição. Por outro lado, o paradigma de “ação comunicativa” de Habermas parte de conceitos previamente construídos, baseados fundamentalmente em conceitos histórica e dialeticamente formulados. O fim último é a análise crítica de uma relação de dominação e sua superação por meio da emancipação e da mudança, em que participam os sujeitos observados e o próprio observador (Figura 2).

² O debate não é novo e se iniciou no ano 1971 por ocasião da publicação do livro *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie* (Teoria da Sociedade ou Tecnologia Social), do qual participam Jürgen Habermas e Niklas Luhmann.

Figura 2. Códigos e conceitos baseados no “entendimento comunicativo” e na “ação comunicativa” para a administração pública.



3. Niklas Luhmann: “entendimento comunicativo”

A complexidade condiciona a tomada de decisões das organizações, além de constituir seu entorno (NEVES; NEVES, 2006). Na teoria luhmaniana, a *complexidade não é* entendida como um aumento de demandas e de interesses de atores ou como a aparição de problemas que requerem uma análise detalhada, senão como a existência de uma série de possibilidades, as quais exigem um tipo de seleção entre elas a partir de opções destinadas à ação. A ideia de *complexidade* em Luhmann está vinculada aos conceitos de explicação (*Aufklärung*), ação, finalidade/função (*Zweck/Funktion*), sentido e sistema/entorno, unida ao termo *contingência*. O termo se refere à existência de outras possibilidades não contempladas na ação, portanto, consideradas alternativas funcionais para reagir a uma dada realidade cada vez mais complexa. Nas organizações, o termo *contingência* se refere à necessidade de se ajustar sistematicamente às mudanças e condições ambientais. Estes dois conceitos permitem compreender por que umas organizações tomam determinadas atitudes e posições – e priorizam uma série de decisões – frente a determinados problemas que se lhes apresentam. Conquanto os conceitos de *complexidade e entendimento comunicativo* da teoria de Luhmann ajudem a compreender e explicar o processo de tomada de decisões das organizações, este

último conceito se restringe unicamente a um tipo de ação baseada nas comunicações impessoais, nas quais as pessoas formam parte do entorno da sociedade.

Por sua parte, Habermas entende a *complexidade sistêmica* como a formulação da hipótese da colonização do “mundo de vida”. Estabelece a existência da estrutura composta pelo *sistema*, que compreende o âmbito econômico e político-administrativo e que “coloniza” o “mundo da vida”, que, por sua vez, compreende aspectos culturais, subjetivos e psicológicos. A hipótese em que se fundamenta é que nos países do tipo de capitalismo regulado pelo Estado – caso dos países ocidentais ou mesmo do Brasil – aparece já no final dos anos 70 uma “crise de legitimação”, cujas primeiras manifestações aparecem no Brasil já no início da primeira década do século XXI, compreendendo o sistema político e também a configuração do Estado (FGV, 2009; AMB, Índice Confiança Judiciário, 2008). A crise se manifesta ao estar em jogo os processos de “integração social” e “integração sistema”, ainda que estejam sob diferentes formas e derivem de tradições teóricas diferentes (HEITMEYER, 1997)³. Os aspectos estruturais da vida social são basicamente reduzidos à socialização, entendida sob uma perspectiva sociopsicológica. Em definitivo, Habermas entende que a complexidade não se dá no sentido de seleção de possibilidades, senão como um observador não implicado que observa a estrutura sob o âmbito político-econômico que ele coloniza, tendo como fundamento uma perspectiva de dominação tecnocrática, a subjetividade.

Entendimento comunicativo

Niklas Luhmann adota uma posição radical frente ao funcionalismo, distanciando-se dos postulados de Talcott Parsons, radicalizando-os, e opta pela necessidade de promover uma “Ilustração da Ilustração” na Sociologia e no pensamento. Ele se propõe iniciar a criação de uma teoria que contemple e descreva as sociedades atuais e que ofereça alguns instrumentos conceituais capazes de reduzir sua complexidade. Aparece então a questão sobre se é possível ignorar marcos teóricos centrados na ação - considerados clássicos - e que, portanto, segundo Luhmann, não têm instrumental conceitual suficientemente desenvolvido para dar resposta aos desafios epistemológicos atuais. A teoria de sistemas autorreferenciais de Luhmann pode ser definida como uma teoria construtivista, baseada em diferenças.

³ Refere-se à integração social em relação aos sistemas e instituições nos quais os sujeitos estejam socialmente relacionados. Neste sentido, se manifestam as raízes procedentes do interacionismo simbólico de Peter Berger e Thomas Luckmann (1969), ao assumir que os *mundos vitais* estão conformados por interações cuja origem estão no processo de socialização.

A partir deste princípio, sua teoria mostra um entendimento positivista ao mesmo tempo em que se afasta de concepções subjetivistas tradicionais com as quais estamos acostumados: “o que vale para o mundo da física e o físico, ...vale para a comunicação” (LUHMANN, 1998, p. 427). Não menos importante é também seu afastamento dos pressupostos antropológicos tradicionais do sujeito ao afirmar: “Não é o homem que pode se comunicar; somente a comunicação pode se comunicar”. Com isso, percebem-se o claro distanciamento dos postulados subjetivistas e humanistas tradicionais e o papel predominante que adquire a comunicação impessoal em seu entendimento da sociedade, constituindo uma realidade emergente *sui generis*.

Sua obra é reconstruída com base em quatro grandes problemas: 1) a *complexidade*, desdobrada em três diferenciações: finalidade, ação e sistema-entorno; 2) a *autopoiesis* de sistemas, caracterizada pela diferença entre evolução, comunicação e diferenciação; 3) o *acoplamento*, ou as relações entre os sistemas; e 4) a *observação*, que significa o ponto de partida da forma teórica sistêmica de pensar.

As comunicações como configuradoras da realidade social são feitas pelas substituições das teorias sociais da ação por uma teoria da comunicação. A comunicação não é entendida como uma ação humana, no sentido outorgado por Habermas, entre um emissor e um receptor, tampouco um intercâmbio de informação no sentido literal da palavra, senão como um processo autorreferencial. Para Luhmann, os seres humanos, como as pessoas, não podem se comunicar, posto que somente e exclusivamente "somente a comunicação comunica". Com isso, a comunicação adquire um nível abstrato e teórico pois “se desliga de seus efeitos sociais a partir do momento de sua primeira aparição e formulação” (LUHMANN, 1998, p. 100), e amplia, afirmando: “Toda comunicação supõe comunicações – estimuladas por ela e ante as quais, reage de seu mesmo tipo” (ibid. p.145). Os sistemas sociais cumprem uma série de requisitos, emergem, se fundamentam e conformam em comunicações como elementos. No entanto, para que cumpram estas funções, é preciso "sempre que se estabeleça uma relação comunicativa autopoietica que limite sua comunicação e se diferencie assim de um meio ambiente. Portanto, os sistemas sociais não estão conformados nem por homens nem por ações, senão por comunicações". Para compreendê-las e operacionalizá-las a partir da contingência, a comunicação “é a síntese resultante de três seleções que englobam “informação/dá-la-a-conhecer/entendê-la” (LUHMANN, 2007, p.145), sendo cada um destes três componentes um “acontecimento contingente”, ou seja, uma tomada de decisões entre múltiplas possibilidades existentes na comunicação. Nestas dimensões, tem lugar uma série de seleções. A primeira seleção, a informação, não pressupõe “identidades últimas” como podem

ser os átomos, não estando formadas por ela em razão de “distinções próprias”. A posse desta contingência – a informação – constitui uma diferença que pode transformar o Estado de um sistema, que, por sua vez, “produz” uma diferença.

Aparece no entendimento da comunicação certa ambiguidade, já que, por um lado, se subtrai de todo elemento subjetivo pessoal, enquanto, por outro lado, reforça a suposição baseada na biologia, segundo a qual a comunicação sempre tem lugar entre os organismos vivos. Para Luhmann, a forma de comprovar que existe comunicação é através de “sua função: aligeiramento e ampliação das capacidades cognitivas dos organismos vivos” (ibid. p.146). Neste sentido, a comunicação é entendida como unidade de “três seleções” que se sintetizam da forma seguinte: seletividade da informação; seleção do conteúdo; e a expectativa do êxito “comunicação como processo autorreferencial” (LUHMANN, 1998, p.144).

Uma transmissão pode ser ou interrompida ou descuidada ou pode adquirir diversas formas (gesticulares, orais, escritas), enquanto entre a *informação* e a *compreensão* existe uma diferença, que pode adquirir diferentes significados. Uma comunicação específica pode ser observada quando se produz a citada diferenciação descrita. Neste momento, se encerra o ato da Compreensão. Por sua vez, é observável no momento da unificação de um sistema social, em que uma comunicação é constantemente capaz de criar unidade como elemento de um processo comunicativo, posto que no tempo se criam diversas comunicações e sistemas sociais. Consequentemente, as comunicações são estabilizadas e vinculadas à operação do sistema. Num documento posterior (LUHMANN, 1997, p.103), ampliam-se as seções ao configurar a comunicação com componentes. A comunicação é composta pelos seguintes componentes: 1) Informação; 2) Mensagem (*Mitteilung*); 3) Expectativa (*Erwartung*); 4) *Adressante Ego* (substitui a noção clássica de emissor); 5) *Mitteileiden Alter* (alter, que é informado e substitui a noção clássica de receptor); e Compreensão (*verstehen*), que constitui o processo em seu conjunto. A comunicação está estritamente vinculada à organização na busca de resultados, de tal forma que se diagnostica a “organização comunicante” (BARTOLI, 1992). Este tipo de organização apresenta a comunicação aberta com o entorno. Luhmann aporta uma série de reflexões teóricas para a compreensão da autorreferencialidade, ou seja, a capacidade de contingência para criar por si mesma potencialidades internas que possam ser levadas à prática.

Sistema e entorno

A lógica do sistema e do entorno é utilizada consciente ou inconscientemente em observações da administração. Embora a maioria destes estudos se baseie na lógica de sistemas abertos, nos referiremos à lógica dos sistemas autopoieticos ou autorreferenciais. O centro da abstração é o sistema, interpretado como um conjunto organizado de relação técnico-estrutural, dotado de propriedade, capacidade de sobrevivência e autogoverno –autorreferencial - (autopoieticas). O conceito de sistema é uma abstração para simplificar a realidade e remete a um conjunto de elementos que interagem entre si. Todo sistema está situado num entorno, ainda que se questione se o entorno é preexistente ao sistema. Luhmann aprofunda estes aspectos procedentes da teoria de sistemas e estabelece uma diferença entre sistemas biológicos, psíquicos e sociais. Para Luhmann, estes últimos não se originam de interlocutores ou atores, senão de comunicações. Inspirado nos neurobiólogos Humberto Maturana e Francisco Varela (1980), Luhmann incorpora o conceito de *autopoiesis* aos sistemas sociais. Com isso, estes sistemas adquirem um carácter autorreferencial, não restringindo sua estrutura senão a seus elementos, de tal forma que o mesmo sistema constrói os elementos, buscando oferecer uma solução à auto-organização e à autorreprodução social no contexto da contingência e do risco. Cada sistema é autopoietico ou autorreferencial, ou seja, operativamente arriscado. Neste sentido, um sistema autopoieticamente fechado - "operativamente fechado" - é aquele tipo de sistema que produz comunicação a partir de sua própria comunicação, e que somente permite a influência de comunicações, segundo Luhmann, "irritações comunicativas", do entorno do ambiente para canais de acoplamento estrutural, posto que a comunicação de um sistema somente pode se dar através de seu próprio meio simbólico. Com isso, cada sistema se autorreproduz, distinguindo-se de seu entorno. Também o entorno tem suas próprias operações que interagem mediante o acoplamento estrutural com o sistema, ainda que se trate de uma operação de carácter não causal por ser o único tipo de relação possível entre ambos. Tratar de sistemas autopoieticos significa que não há competências além destes sistemas, surgindo, então, a questão da coexistência com o entorno. Apesar da clausura operativa, os sistemas estão inter-relacionados entre si, posto que, sem a participação dos sistemas psíquicos, os sistemas sociais não podem ser formados. Como sistema, sua "clausura operativa" descreve a forma que os sistemas têm para se gerar, reproduzir-se e comunicar-se, impedindo a ingerência do entorno, que não pode alterá-los. No entanto, o entorno permite a evolução do sistema, posto que, sem entorno prévio, não existiria tal organização.

Os sistemas sociais correspondem aos sistemas que realizam a *autopoiesis* baseando-se na comunicação, diferenciando Luhmann três níveis: *sistemas funcionais*, *sistemas de interação* e *sistemas organizacionais*.

Sistemas funcionais parciais diferenciados. São sistemas formados pelo direito, formação, ciência, economia, política ou a religião. Trata-se de sistemas especiais que na sociedade cumprem funções específicas e correspondem aos sistemas através da operação de um código binário. Com o passar do tempo, esses sistemas têm conseguido gerar estruturas próprias, dando impulso a operações autopoieticas. Luhmann não contempla especificamente os movimentos sociais ou as ações coletivas como sistemas funcionais.

Sistemas de interação. Os sistemas de interação correspondem ao enlace comunicativo e se mantêm por um espaço de tempo curto, desaparecendo quando os enlaces terminam. Aparecem em toda a sociedade, ainda que não se especializem funcionalmente. Têm uma série de características: 1) são sistemas próprios aparelhados à diferenciação funcional, conformados por interações, como são as relações íntimas ou o amor; 2) são sistemas na fronteira dos sistemas funcionais e organizativos já existentes. Luhmann coloca como exemplo as sessões de um Tribunal, os congressos científicos, ou grupos de projetos em uma empresa; 3) como sistema transversais, podem colaborar nos círculos de trabalho e projetos; e 4) são interações fora dos sistemas funcionais e organizacionais (movimentos espontâneos, grupos de autoajuda).

Sistemas organizacionais ou organizações e também os sistemas de interações. Estes sistemas surgem da complexidade social das sociedades atuais. Correspondem à soma de sistemas de interação e orientam sua comunicação a um fim específico. Desenvolvem atividades para satisfazer metas específicas e muitas das necessidades humanas. Cumprem também determinadas funções na sociedade. Os sistemas organizacionais, segundo uma visão integrativa, assumem funções especiais (de diferente alcance) e se manifestam principalmente nos dois sistemas parciais sociais com funções específicas, tais como os Tribunais de justiça, associações de pais de alunos, ou também as fundações ou agrupamentos específicos, como uma instituição de longa permanência para pessoas da terceira idade⁴. Os sistemas organizacionais também se manifestam de forma transversal, correspondendo a diferentes sistemas do conflito.

⁴ Ver a respeito: Marion Creutzberg, Lucia Hisako Takase Gonçalves, Emil Albert Sobottka, Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece. In: *Contexto Enferm*, Florianópolis, 2008 Abr-Jun; 17(2): 273-9. João José Azevedo Curvello e Cleusa Maria Andrade Scroferneker, “A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin”, in: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, vol. 11, n. 3, set/dez. 2008.

Autopoiesis

O conceito *autopoiesis* se refere a uma condição de existência dos sistemas para a contínua produção de si mesmos. Nos sistemas sociais, o conceito *autopoiesis* comporta um caráter autorreferencial ao não se restringir somente às estruturas, mas incluindo os elementos e seus componentes. O entendimento da *autopoiesis* de sistemas se destaca pela diferença entre evolução, comunicação e diferenciação, e “esta *autopoiesis* não se garante por uma meta de entendimento senão por um código binário” (Ibid., p.153). Estes códigos binários servem também para manter a *autopoiesis*, ao não ser possível garanti-la pelo entendimento interno. Para ilustrar este aspecto, Luhmann se baseia no código deontológico de direito – neste sentido, similar ao sentido dado por Habermas – interpretado como um *subsistema social* que atua pelo código binário direito/não direito, excluindo desta forma possíveis graus de valor. Enquanto no *sistema jurídico* – visto por Luhmann como sistema – o código binário é *legal-ilegal*, na organização pública da Defensoria Pública, como subsistema do sistema político, também atuando a partir de comunicações; neste caso, o código binário poderia se reduzir a caso resolvido extrajudiciário – caso resolvido no judiciário. Pode-se afirmar que os sistemas e os subsistemas que formam a sociedade funcionam apenas com códigos de comunicação binários? Consideramos que efetivamente as respostas ou *ouputs* dos sistemas aparecem sempre em forma de códigos binários, o que não significa que se deva transferir este princípio ao entendimento da ação subjetiva da consciência dos seres humanos quando ocorrerem situações e respostas que ultrapassam a estreita lógica de pensamento do código binário.

É evidente que o conceito de comunicação é múltiplo, haja vista que é a conexão entre uma ação diferencial entre emissor e receptor e a forma como este último processa e entende a informação. Luhmann parte do pressuposto da participação neste processo do sistema psíquico, com o qual nos indica a existência de uma contingência dupla. No entorno, operam e participam sistemas psíquicos, ainda que não formem parte do sistema social, pois exigem a manutenção de suas operações, baseando-se no conhecimento da seleção própria de comunicações dos sistemas sociais, ainda que não formem parte do sistema social. Com a comunicação, trata-se de um conceito que em qualquer momento da conexão se diferencia de uma comunicação a outra comunicação, aspecto que reduz drasticamente sua possibilidade de observação, pelo que é necessário observar os elementos que a compõem. Também uma comunicação se conecta a outra

comunicação, sendo este processo outra forma de denominar a *autopoiesis* de um sistema, no qual as comunicações são episódios elementares.

4. Jürgen Habermas: a “ação comunicativa”

Habermas toma como ponto de partida premissas radicalmente diferentes. As *metas* permitem entrever a cosmovisão e o alcance ao preservar a origem da teoria crítica ao “Introduzir uma Teoria da ação comunicativa que dá razão aos fundamentos normativos de uma teoria crítica da sociedade”. O autor especifica e detalha esta *meta*, subdividindo-a em “ação racional intencional” e “ação comunicativa”. Para alguns estudiosos de sua obra, esta premissa significa que sua produção sociológica e filosófica tem sido um “extraordinário esforço por relançar o princípio emancipatório do homem e do sujeito”. Nas linhas que se seguem, centrar-nos-emos no conceito desenvolvido no início da década dos anos 80, denominado por Habermas de “ação comunicativa”. O conceito não somente é composto de um consenso normativo entre os participantes, mas também comporta um entendimento comum referente à concepção da linguagem.

Habermas atribui ao conceito um significado simbólico: “Entendo por *ação comunicativa* uma interação simbolicamente mediada. Ela se orienta segundo *normas de vigência obrigatória* que definem as expectativas recíprocas de comportamento” (HABERMAS, 1993, p.57) e acrescenta que “está apoiada numa determinada concepção de linguagem e de entendimento” (HABERMAS, 1990, p.76). Não se limita a um tipo de análise da linguagem que inclui uma teoria da linguagem afastada do sujeito, ou de caráter técnico, ao contrário, toma como ponto de partida a ação. Com isso, ele se afasta claramente das teorias comunicativas que focalizam o papel da linguagem nos *meios de comunicação*. É claro quando declara que a ação comunicativa “deve” ser comprovada pela teoria sociológica da ação. A “ação comunicativa” pode ser considerada uma interação mediada por símbolos. A ação é o fundamento da vida sociocultural, na qual o trabalho é situado no reino da ação comunicativa. O ponto de referência constitui uma comunicação livre de distorções, isenta de elementos que possam manipulá-la. Como objetivo, Habermas se propõe fazer análise crítica da comunicação distorcida pelos meios de comunicação, ao problematizar as estruturas sociais que a distorcem (poder político não ético, tecnocracia, corrupção). O objetivo final do conceito habermasiano é uma sociedade de comunicação livre, não distorcida, sem a ingerência dos interesses técnico-instrumentais próprios do sistema constituído pela ação comunicativa. As raízes do conceito “comunicação livre” há que buscá-las na psicanálise e na obra de Freud, a psicanálise e os conceitos desenvolvidos por

ele como instrumentos para analisar as fontes da distorção individual. A psicanálise constitui uma fonte de análise da comunicação distorcida, de tal forma que Habermas outorga a esta área do conhecimento criada por Freud o papel de uma comunicação entre indivíduos não distorcida. Não obstante, se bem que a teoria a um nível abstrato permita este exercício de procurar comunicação não distorcida, a realidade mostra disfunção na comunicação entre os sujeitos. Para explicar esta distorção, o autor recorre à racionalização da comunicação que conduz, por sua vez, a um sistema normativo menos distorcido (HABERMAS, 1987, p.198). A ação comunicativa leva o homem a se liberar da dominação da comunicação imposta externamente pelo sistema para constituir-se em uma comunicação livre. Para Habermas, a racionalização adquire uma dimensão libertadora frente ao “sistema”, implicando uma emancipação, ou seja, a destruição das barreiras de comunicação formadas por legitimação do poder e da ideologia. Estas são as causas principais da distorção da comunicação e que, portanto, devem ser eliminadas para alcançar o futuro processo emancipatório do sujeito. Os participantes deste processo não são livres em suas ações, senão quando submetidos a uma série de ações constantes para alcançar a compreensão. Estas ações são entendidas como um constante compromisso de consenso para harmonizar a ação: “os participantes não se orientam principalmente para seu êxito; perseguem suas metas individuais com a condição de que sejam capazes de harmonizar seus planos de ação sobre a base de definição comum das situações” (HABERMAS, 1984, p.286).

O conceito de “ação” foi introduzido na linguística e serve, por sua vez, para que se efetivem as pretensões de intersubjetividade, estabelecendo-se um papel simbólico do qual participam, intersubjetivamente, os participantes da ação: “Enquanto os atos comunicativos cobram a forma de fala gramatical, a estrutura simbólica penetra *todos* os componentes da interação, tanto na apreensão cognitivo-instrumental da realidade como no mecanismo de controle que harmoniza o comportamento dos distintos participantes na interação” (HABERMAS, 1987, p.531). Os sistemas sociais podem manter-se frente à natureza externa por meio de “ações instrumentais”, segundo regras técnicas pré-estabelecidas, ou manter-se frente à natureza interna através de “ações comunicativas”, segundo as normas válidas. A manutenção e a reorganização são feitas mediante “pretensão de validade” mútua e efetivadas em estruturas de intersubjetividade, produzidas de forma linguística. Estas estruturas não se limitam tão somente a um intercâmbio de conteúdos entre as pessoas, mas têm ademais a função de ser um instrumento para construir significados comuns. A este tipo de comunicação linguística, Habermas atribui uma dupla estrutura, que somente pode ter lugar pela interação humana entre o consenso de mais

de uma pessoa. Neste ato, aparecem, em primeira linha, processos psíquicos tais como “sensação, necessidade ou sentido” adaptados às estruturas da intersubjetividade linguística.

A linguagem

Adquire um papel decisivo na teoria de Habermas: “A linguagem não se entende como um instrumento para a transmissão de conteúdos subjetivos, senão como o meio no qual as implicações podem compartilhar subjetivamente a compreensão de uma coisa” (HABERMAS, 1990, p.136). A procura de significados constituídos de forma intersubjetiva possibilita a linguagem em “situação comum”. Destas metas, derivam suas origens no interacionismo simbólico (HABERMAS, 1990, p.136). Com esta interpretação dos significados, o autor adota uma Teoria consensual da verdade, sendo esta verdade uma parte essencial da comunicação. No contexto da observação da Defensoria Pública como instituição que forma parte do Estado e da administração pública, a análise da estrutura simbólica da linguagem adquire um nível específico de análise. Por um lado, a construção de significados comuns, e por outro, as possíveis distorções que surgem. Habermas, seguindo o psicólogo e psiquiatra Karl Bühler, estabelece três funções originárias da linguagem: primeira, “expressar intenção” (ou experiências); segunda, representar estados de coisas (ou algo que aparece no mundo); terceira, contrair relação com um destinatário. Estas três funções sintetizam e refletem os aspectos fundamentais no ato da fala entre os sujeitos.

O consenso

O consenso, segundo Habermas (1999), teoricamente surge a partir do discurso dos participantes e “pré-teoricamente” na ação comunicativa entre eles. A hipótese se baseia em quatro requisitos ou condições hipotéticas: 1) a exposição do falante tem de ser aceita e compreensível; 2) as proposições do falante têm que ser verdadeiras; 3) o falante tem que dispor do direito de expressar estas proposições. Habermas amplia estas metas com considerações genealógicas – a origem histórica – do conteúdo cognitivo da moral da linguagem sobre os enunciados de quem participa deles. Segundo Habermas (1990, p.77):

“Não é possível isolar, de um lado, a questão fundamental da Teoria do significado (...) compreender o significado de uma expressão linguística, e, de outro lado, a questão referente ao contexto em que essa expressão pode ser aceita como válida”.

Somente se tiverem um conteúdo cognitivo, as regras e normas morais são válidas para os membros de uma comunidade como um “jogo de linguagem moral”, como fato social. No

entanto, acrescenta Habermas sobre a necessidade de aprofundar fenomenologicamente as disputas morais para “descobrir” – como algo diferente pode simplesmente “compreender” a expressão – o que fazem os integrantes de uma comunidade quando fundamentam algo no nível moral (HABERMAS, 1999, p.31). Neste contexto comunicativo, no consenso comunicativo surge a questão: Que condição precisa ter uma comunicação para que seja exitosa? Para responder a esta pergunta, Habermas retoma os fundamentos funcionalistas: “Uma comunicação bem-sucedida pressupõe que as partes apresentam informações reciprocamente relevantes, de tal maneira que possam ser ‘lidas’, isto é, entendidas também em contextos em que imperam critérios diferentes de regulação. O desafio consiste em produzir compatibilidade entre ‘jogos de linguagem diferentes’, uma vez que a ‘linguagem’ se vincula a diferentes realidades e projetos de mundo. *Por isso, tem que admitir que a estrutura profunda da ordem das sociedades complexas também está vinculada à gramática de informações compreensíveis*” (WILLKE, 1992, p.165-166, *cit. in:* HABERMAS, 1997, p.79)⁵.

No ato comunicativo, todo o processo se transforma em conteúdos intencionais, cuja transformação produz, por sua vez, uma série de consequências. Por um lado, a “subjetividade de opinião, desejo, prazer e dor” (HABERMAS, 1997, p.22), por outro lado, expressão e normas que aparecem como uma “pretensão de generalidade” e que vêm a significar a objetividade de conhecimento e a legitimidade das normas. Ambos os aspectos – subjetividade e generalidade – garantem um significado comunitário ou “compartilhado”, que é o fundamento do mundo sociocultural. Por outro lado, o *sistema* tem uma ampla autonomia baseada em dimensões tais como “o desenvolvimento das forças produtivas” (Ibid., p.23) e na “alteração de estruturas normativas” (Ibid. p.23). Estas dimensões se fundamentam e seguem padrões historicamente constituídos e interdependentes entre si. Com estas metas, desvelam-se o papel e a função do sistema como “colonizador” do “mundo de vida”. O “mundo de vida” é uma característica dos fenômenos humanos, é o “fundo modelador e contextual dos processos pelos quais se alcança a compreensão mediante a ação comunicativa” (HABERMAS, 1987, p.204), enquanto no sistema, o *mundo de vida* se encontra sob constante ameaça, à qual tem que ser oferecida resistência, haja vista que este último “coloniza” pela técnica legitimada pelo poder do mundo de vida.

Sistema

⁵ O sublinhado é mantido, segundo o original.

Para Habermas, em seu construto teórico os sistemas econômico e cultural estão expostos a sofrer uma crise. O sistema econômico coloca em questão a distribuição dos valores, de tal forma que a “inconformidade com o sistema” significa que todos os modos de distribuição de encargos e recompensas estão expostos a esta crise e reestruturação sistêmica. No caso da crise econômica, significa que as ações governamentais “obedecem” aos processos de intercâmbio e, em consequência, estão sujeitas à lógica da crise econômica. O Estado – e as instituições que o compõem – não se situa nesta Teoria como um ente neutro, senão como um agente capitalista coletivo que “torna a acumulação do capital a substância do planejamento político” (HABERMAS, 1987, p.63). As tendências de crise política e administrativa se manifestam basicamente pela falta de impulsos na lealdade das massas e aparecem com a emergência dos movimentos sociais e ações coletivas de protesto à margem dos canais tradicionais de participação ou no absenteísmo político. A crise adquire uma “crise de racionalidade” (Ibid., p.64), na qual o sistema político-administrativo não tem êxito em cumprir “os imperativos” recebidos do sistema econômico, manifestando-se como uma “crise de legitimação”.

A construção teórica não apenas tem de mostrar a sociedade, mas tem de poder oferecer um aspecto normativo fundamentado na consciência do observador e na produção de consciência com o objetivo da procura de utopias e modos, o contrário é errado: “pode servir para interpretar hipoteticamente as condições de luta” (HABERMAS, 1998, p.47). As ações possibilitam que a teoria incorpore o elemento subjetivo e de possibilidade de mudança social. A teoria não é neutra, mas pode produzir, oferecer alternativas a partir da interação e comunicação consequente entre seres humanos: “a Teoria produtora de consciência pode produzir as condições sob as quais pode se dissolver a deformação sistemática da comunicação e realizar-se por vez primeira um discurso prático” (Ibid., p. 47). A sociedade é composta por objetos observáveis, ou seja, sistemas parciais autônomos:

A Teoria dos sistemas abandona o nível dos sujeitos da ação, sejam os indivíduos ou coletividade, e, amparada na densificação dos complexos organizatórios, chega à conclusão de que a sociedade constitui uma rede de sistemas parciais autônomos, que se fecham uns em relação aos outros através de semânticas próprias, formando ambientes uns para os outros (HABERMAS, 1997, p.63).

Habermas atribui à construção teórica não apenas a observação e a compreensão do fenômeno, mas a criadora de consciência tanto para o observador como para o observado e, a partir de uma interação dialética, cria as condições que questionam a deformação da comunicação, ou seja, a proposição da utopia. Neste caso, o pesquisador assume o papel de mero acompanhante e de contribuir no processo de mudança, e como implicado, ele tem de

transformar a comunicação e a si mesmo: “porém não contém nenhuma informação que julgue previamente a ação futura dos conteúdos” (Ibid., p. 47). Neste contexto argumentativo, é de se supor que o observador, como membro inserido na sociedade, tenha uma ingerência direta na formulação de utopias: “Tampouco o analista tem direito a dar prospectivamente indicação para a ação” (Ibid., p.47).

Entende que o analista, o observador, como sujeito imerso na ação, se transforma, no ato de pesquisar, pela análise comunicativa da ação. Este fato não pressupõe que o pesquisador assumira um papel de liderança discursivo e a ação investigadora que está levando à conclusão, posto que implicaria uma manipulação direta e ingerência ao oferecer indicação para a ação. A ação e a construção conjunta da utopia não podem ocorrer com base nas propostas que surgem na esfera do sistema e na sua comunicação funcional de planejar a ação. Neste sentido, ele faz uma incisiva crítica à área de conhecimento do planejamento administrativo, já que habitualmente é levada a cabo e direcionada pelo poder tecnocrático e tecnocratas para assegurar o domínio futuro, tendo em vista que funcionalmente não estabelece diferenciação entre a ética e a administração. No processo, a ciência perde, por sua vez, a autonomia, ao ser sujeita às funções e imperativos do *sistema*. O sistema representa o poder no sentido amplo, sujeito, por sua vez, ao poder político e das elites no sistema capitalista. Como resultado, emergem as diferenças entre a “verdade” e o poder do sistema. A ideia central se baseia na intenção de reivindicar as exigências da vida – “mundo de vida” frente ao “sistema”. Esta ideia central é questionada por Luhmann ao propor o registro do progresso deste sistema no mundo atual com o conseguinte retrocesso da dimensão vital, uma vez que o conceito de “mundo de vida” trata de uma “moda” que “apenas serve como formas conclusivas que ocupam um lugar onde deveriam se formar questionamentos teóricos” (LUHMANN, 1998, p.432).

A ideia de “autopoiese reflexiva”

A noção de “autopoiese reflexiva” se desvincula da ideia original da semântica biológica da autopoiese e da proposta em termos de “fenomenologia biológica” de Maturana e Varela, que estabelece a diferenciação entre os sistemas vivos em geral e os seres humanos, dotados estes de capacidade de pensamento e, como consequência, de ação subjetiva. Na ideia de autopoiese reflexiva que sugerimos, o ser humano é compreendido não apenas como um sistema vivo, mas como um ser capaz de pensar e que realiza suas ações intersubjetivamente, isto é, com base na ação e nas expectativas dos outros sujeitos. Esta ação

contém um sentido, sendo, portanto, dotada de consciência, o que o diferencia do restante dos seres vivos.

A questão que se coloca é a da bicompreensão da realidade através do *self*. Não negamos a possibilidade de observação de um mundo que chamamos de objetivo ou real, isto é, um mundo que pode ser objetivamente observado, numericamente medido e objetivado através do consenso de observadores. Semelhantemente à tese de Maturana, em que o mundo no qual o sujeito vive se configura pela interação com outros seres, aparecem claras as semelhanças com a ideia de intersubjetividade fenomenológica e interiorização da realidade através do processo de "socialização primária" e "socialização secundária" (BERGER e LUCKMANN 1988, p.183-194). Há semelhança epistemológica com o interacionismo simbólico em razão da descrição da sociedade em termos de um processo dialético permanente baseado no processo de externacionalização, objetivação e interiorização, quando se descreve a sociedade como uma realidade subjetiva. Finalmente, e seguindo a mesma linha de argumentação anterior, sociólogos afirmam "que o mundo em que o homem vive é muito mais fluido do que parece" (Ibid., p.31), podendo estabelecer novamente uma continuação com a interação social na vida cotidiana de Berger e Luckman (1988).

No entanto, a "determinação estrutural" de Maturana e Varela fica ultrapassada ao adquirir e acrescentar um novo significado subjetivo. Nesse sentido, também se distancia, teoricamente, da noção de "autopoiese" ou "autorreferencialidade", formulada por Luhmann, ao assumir claramente a autopoiese reflexiva numa perspectiva histórica no sentido atribuído pelos interacionistas Peter Berger e Thomas Luckmann: "Os seres humanos são produtores e produtos das instituições" (1966). Este pressuposto ontológico é um dos fundamentos do interacionismo simbólico, corrente que, a partir de Herbert Mead e, mais tarde, de Berger e Luckmann, se distancia definitivamente das possíveis raízes condutivistas. Com isso, admitimos, inequivocadamente, o sentido histórico do ser humano. A ação que o sujeito realiza não trata tão somente de uma comunicação abstrata realizada mediante um *acoplamento estrutural* sistêmico, senão de uma comunicação no sentido dado por Habermas (1987), isto é, a existência de um emissor, uma mensagem e um receptor.

A observação do que podemos entender como realidade vai depender, como já foi dito, do observador, mais especificamente, da existência social do observador, ou seja, do observador imerso em uma realidade de uma vida cotidiana. Esta realidade influenciará e determinará a perspectiva observacional, não num sentido técnico, mas num sentido

sociocultural da realidade, cujas raízes vêm da explicação dada por Alfred Schütz sobre a vida cotidiana: "a estrutura do mundo do senso comum da vida cotidiana" (SCHÜTZ, 1962:149).

Essa explicação nos oferece uma série de pistas para a compreensão do papel do observador no entendimento da dinâmica da observação, fazendo uma distinção "bicompreensão", isto é, uma biconfiguração dinâmica, operada subjetivamente pelo observador, como uma medida das coisas cujas diferenças são claras e que implica: por um lado, a subjetividade, o "*mundo da vida*", (ou segundo Maturana, "a minha experiência é o meu ponto de referência") que o observador previamente realiza; por outro, com base na observação, os *componentes objetivos da realidade*. Esta última é construída com base nos domínios hegemônicos dominantes e socialmente consensuados. De acordo com esta proposta, não se estabelece uma divisão assimétrica entre um plano subjetivo e um plano objetivo como tradicionalmente tem acontecido na teoria da estruturação ou em diversas propostas de *integração-ação-estrutura* (GIDDENS, ARCHER), ou na *agência-sujeito*. A noção de *mundo da vida* manifesta-se na tomada de decisões e no sentido dado à ação, enquanto a noção de *construção social da realidade* significa o reconhecimento da existência de comunicações sistêmicas emanadas pelos sistemas.

Para diferenciar as noções de *mundo da vida da construção social da realidade*, nós nos remetemos à semelhança com a ideia da teoria da comunicação pragmático-universal de Jürgen Habermas (1987), na qual ele expõe a ideia de "*mundo de vida*" e "*sistema*", sendo esta a perspectiva externa da sociedade, ou seja, a perspectiva do observador, que Habermas especifica como "de alguém não envolvido" (HABERMAS, 1987, p.117). Para o segundo conceito que propomos, *componentes objetivos da realidade*, nossos pressupostos ontológicos são fortemente influenciados pela sociologia interacionista de Berger e Luckmann.

No universo da "bicompreensão", *o mundo da vida* é onde encontramos a capacidade de pensar, ou seja, a mente. A ideia da capacidade de pensar nos remonta ao sociólogo Herbert Mead e à descrição que nos oferece em *Mind, Self and Society* (Espírito, Pessoa e Sociedade, 1972). A hipótese de Mead é a seguinte: "Os indivíduos na sociedade humana não são considerados como unidades impulsionadas por forças internas ou externas fora de seu controle, ou localizadas dentro dos limites de uma estrutura mais ou menos estabelecida. Ao contrário, eles são vistos como unidades reflexivas ou interativas que compõem a entidade social". O indivíduo dispõe da capacidade de pensar de forma reflexiva. Esta capacidade está na mente e, com isso, surge uma nova questão: Como entender a mente? De acordo com Mead, a ideia da mente é radicalmente diferente da descrição dada por Maturana, que se

baseia na existência de um cérebro fisiológico e cognitivo⁶. Da perspectiva ontológica, o interacionismo simbólico abre um debate epistemológico sobre essa descrição reducionista e concebe a mente como um processo que, por sua vez, faz parte de outro mais amplo e complexo, composto de estímulos e respostas, constituído pelo *self* e pela interação com a sociedade.

Levando em conta essas ideias, a noção de autopoiese reflexiva que propomos para o caso específico da observação das organizações e instituições abre a possibilidade da observação de maneira dinâmica e complementar em seus aspectos dialéticos subjetivos e de comunicação com o entorno, sabendo que este último constitui uma representação "objetiva" e consensuada pelo poder. Encontramos na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz as raízes epistemológicas *do mundo da vida*, especificamente no significado semântico do conceito de intersubjetividade e na noção de consciência, que trata de questões ontológicas, no sentido de reconhecer a autopoiese não só como uma estrutura nervosa dos seres vivos em um sentido biológico ou de "fenomenologia de vida", mas de uma forma que permite a diferenciação interna entre seres vivos e seres vivos dotados da capacidade de pensamento racional e consciência. Viver no *mundo da vida* significa participar da dialética da sociedade no sentido escrito por Berger e Luckmann (1988, p.186), cujas raízes estão na "intersubjetividade" descrita por Alfred Schütz.

A noção de *componentes objetivos da realidade* originalmente faz referência ao sistêmico funcional e autorreferente, no sentido Luhmanniano, para a observação da diferenciação dos processos de comunicação e de acoplamento estrutural dos sistemas e subsistemas. A ideia é usar a autopoiese reflexiva, entendida como o processo autorreferencial de todo ser humano que interage com outro ser humano a partir da linguagem. A definição, por sua vez, tem um paralelo na compreensão da "infraestrutura", no sentido dado por Marx, referindo-se à atividade humana: "a consciência do homem é determinada por sua existência social"⁷.

⁶ Maturana distingue entre sistema autopoietico "de primeira ordem", as células e o sistema autopoietico "de segunda ordem", os seres humanos, mantendo ao longo de seus escritos, a tese de que a autopoiese se refere estritamente à definição do vivo, enquanto as entidades, que são algo diferentes delas mesmas, constituem os sistemas "alorreferenciais". In: *Del ser al hacer*, 2010, p.116.

⁷ Marx, Karl escreve: "O homem faz de sua própria atividade vital, objeto de sua vontade e de sua consciência", em: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, O Trabalho Alienado, Primeiro Manuscrito*.

Referências:

- AZEVEDO, J.J.; SCROFERNEKER, C.M., A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin, *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, vol. 11, n. 3, set/dez. 2008.
- BARTOLI, Annie. *Comunicación y organización*. Barcelona: Paídos editorial, 1992.
- BATISTA-DOS-SANTOS, A-C; ALLOUFA, J.; NEPOMUCENO, L. Epistemologia e Metodologia para as Pesquisas Críticas em Administração: Leituras aproximadas de Horkheimer e Adorno. *Revista Administração de Empresas*, vol. 50, n. 3, jul-set 2010.
- BERGER, P.; LUCKMANN, Th. *La construcción social de la realitat. Un tractat de sociología del coneixement*. Barcelona: Herder, 1988.
- BOURDIEU, P. *Distinction: A social critique of the Judgment of Taste*, Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- CARDOSO, O.; SERRALVO, F. Pluralismo metodológico e transdisciplinariedade na complexidade: uma reflexão para a administração. *Revista Administração Pública*, 43(1):49-66, jan/fev. 2009.
- CARVALHO, J. L; VERGARA, S. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. *Revista de Administração de Empresas*, p. 78-91, Jul/Set, 2002.
- CLEGG, S.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S; HARDY, C.; NORD, V. (Ed.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*, p. 27-42, São Paulo: Atlas, 1999.
- CREUTZBERG, M.; TAKASE, H.; SOBOTTKA E. Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece, *Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 17(2), p. 273-279, Abr-Jun, 2008. [10 junho. 2013]. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/08.pdf>
- EMORY, W. *Business Research Methods*, Homewood: Richard Irwin, 1980.
- FARAH, M. Administração pública e políticas públicas, *Revista Administração Pública*, v. 45, n. 3, p.813-836, 2011.
- GIDDENS, A. *The construction of Society: Outline of Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C., K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Ed.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*, São Paulo: Saraiva, 2006.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *The Theory of Communicative Action. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*, vol. 2, 1987.

_____. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. (tradução Artur Morão), Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. *Teoría de la Acción Comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social*, vol II, Madrid: Taurus, 1987.

_____. *Nachmetaphysisches Denken*, Frankfurt: Suhrkamp Verlag, (tradução português Pensamento pós-metafísico. Estudos filosóficos, Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. *La inclusión del otro*, Barcelona: Paídos, 1999.

_____. *Direito e democracia. Entre facticidade e validade*, Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Communication and the evolution of society*, Londres: Heinemann, 1979.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K. *Psicologia para Administradores. A Teoria e as Técnicas da Liderança Situacional*, São Paulo: EPU, 1986.

PAIVA JÚNIOR, F.; SOUZA LEÃO, A.; DE MELLO, S. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, v.13 n.31, p. 190-209, set/dez, 2011.

KEINERT, T. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas*, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994.

LAWRENCE, P.; LORSCH, J. *Organization and Environment. Managing Differentiation and Integration*. Versión castellana: Organización y Ambiente. Labor: Barcelona, 1967.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. *Revista Organizações em Contexto*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2009.

LOPEZ-HERRERA, F.; SALAS-HARMS, H. Investigación cualitativa em administración. *Cinta de Moebio*, n. 35, Universidad de Chile, p. 128-145, 2009. [10 junho. 2013]. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/CDM>>

LUHMANN, N. *Soziale Systeme*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag. Trad. Castelhana: Sistemas sociales. Lineamientos para una teoría general. Barcelona: Universidad Iberoamericana/Anthropos Editorial, 1998.

_____. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt a.M. Suhrkamp. 1997.

_____. *Organización y decisión. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. (tradução de Darío Rodríguez Mansilla). Barcelona: Anthropos, 1997.

MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, O Trabalho Alienado, Primeiro Manuscrito*. Lisboa: Edições 70, 1989.

MASCARENHAS, A. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas, *Revista de Administração de Empresas*, p.88-94, Abr/Jun, 2000.

MATURANA, H.; VARELA, F. Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living. *Boston Studies in the Philosophy of Science*, vol. 42, Reidel Publishing Company, 1980.

MOTTA, P.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. *Revista Administração*, v. 39, n.2, p.117-128, 2004.

MOREIRA, D. Natureza e fontes do conhecimento em administração. [23 de julho, 2005]. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/daniel.htm>

NASCIMENTO, E. *Gestão Pública*, São Paulo: Saraiva, 2010.

NEVES, C.; NEVES, F. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. *Sociologias*, n. 15, p. 182-207, jan/jun. 2006.

PERONA, A. Comprensión, objetividad y universalidad. Sobre como la epistemología se enraiza con la filosofía práctica. In: ANALES DEL SEMINARIO DE METAFÍSICA, n. 30, 1996.

PERRY, J.; KRAEMER, K. Research Methodology in the "Public Administration Review, 1975-1984. *Public Administration Review*, vol. 46, no. 3, p. 215-226, may – jun. 1986.

SANTOS, D. F. L. Possibilidades da hermenêutica na Administração. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 113-133, jan./abr. 2009.

SRUBAR, I. Akteure und Semiosis. Kommentar zu Rainer Greshoffs Kritik der Luhmannschen Systemtheorie. *Zeitschrift für Soziologie*, Jg. 37, Heft 6, p. 480-488, Dezember 1998.

SCHÜTZ, A. *The Phenomenology of the Social World*, Evanston: Northwestern University Press, 1967.

_____. *Collected papers*, La Haya, vol. 1, 1962.

TEIXEIRA, J; RIBEIRO NASCIMENTO, M.; CARRIERI, A. Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações “convergentes”? *Revista Administração Pública*, v. 46, n.1, p. 191-220, jan./fev. 2012.

THOMPSON, F. Las tres caras de la gestión pública. *Gestión y Política Pública*, vol, XVII, n. 2, p. 487-509, 2008.

VAZ, J. C. Histórico da RSP: a Revista do Serviço Público no pensamento administrativo brasileiro (1937-1989). *Revista do Serviço Público*, v. 118, n. 45, p. 9-42, 1994.

VELOSO, J.; MONASTERIO, L.; VIEIRA, R.; MIRANDA, R. (org.). *Gestão Municipal no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

VIEIRA, M.; ZOUAIN, D. (org.), *Pesquisa qualitativa em administração*, Teoria e Prática. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VIDAL, J.P. A Defensoria Pública do estado do Pará: uma observação sistêmica da capacidade institucional. *Revista Administração Pública*, vol. 48, n. 3, p. 667-694, 2014.

VIDAL, J.P. O Defensor Público: entre a gestão e a transformação uma observação da Defensoria Publica do estado do Pará. Em prelo, 2015.